

O MULTICULTURALISMO E A SUA INSERÇÃO NO CURRÍCULO PRESCRITO DA EDUCAÇÃO INFANTIL

Adimara Fogaça Pereira Fernandes
Universidade do Estado da Bahia

Resumo: O presente estudo encontra-se em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade – PPGELS da Universidade do Estado da Bahia-Campus VI tratando-se de uma pesquisa no âmbito de mestrado profissional, ou seja, além da pesquisa acadêmica também haverá a elaboração de um Produto Educacional, no caso específico será o Caderno de orientações para desenvolvimento de currículos interculturais na Educação Infantil. O estudo tem como objetivo geral elaborar Caderno de orientações para construção de currículos interculturais na Educação Infantil, especificamente a pré-escola, objetivando o fortalecimento da identidade racial das crianças negras por meio de conteúdos culturais afro. Esse objetivo se desdobra em três objetivos específicos: Analisar a inserção do ensino da cultura afro no currículo da Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães, bem como suas potencialidades e limitações no que se refere ao fortalecimento da identidade racial; Refletir sobre as implicações da inserção de conteúdos culturais afro nos diversos campos de experiências propostos pela Base Nacional Comum Curricular-BNCC e sua contribuição para o fortalecimento da identidade racial em uma perspectiva intercultural do currículo e por fim desenvolver por meio da análise de dados e da revisão de literatura o Caderno de orientações para construção de currículos interculturais para a Educação Infantil. Visando o alcance dos objetivos, a pesquisa se constitui em uma pesquisa de cunho qualitativa utilizando-se da metodologia da análise do currículo da Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2006) e Franco (2005) e além disso, será empregado também questionários com a gestão escolar, professores e representantes dos educandos.

Palavras chave: Currículo. Educação Infantil. Multiculturalismo.

Abstract:

This study is under development with the Postgraduate Program in Teaching, Language and Society - PPGELS of the State University of Bahia-Campus VI as it is a research within the scope of a professional master's degree, that is, in addition to the research academic there will also be the elaboration of an Educational Product, in the specific case it will be the Notebook of guidelines for the development of intercultural curricula in Early Childhood Education. The general objective of the study is to develop a Guide for the construction of intercultural curricula in Early Childhood Education, specifically preschool, aiming at strengthening the racial identity of black children through Afro cultural content. This objective unfolds in three specific objectives: To analyze the insertion of the teaching of Afro culture in the curriculum of the Luís Eduardo Magalhães Municipalized School, as well as its potentialities and limitations regarding the strengthening of racial identity; Reflect on the implications of the insertion of Afro cultural content in the different fields of experience proposed by the National Common Base Curriculum-BNCC and its contribution to the strengthening of racial identity in an intercultural perspective of the curriculum and, finally, to develop through data analysis and literature review o Guidelines for the construction of intercultural curricula for early childhood education. Aiming to achieve the objectives, the research is constituted in a qualitative research using the curriculum analysis methodology of the Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães through

the content analysis technique of Bardin (2006) and Franco (2005) and in addition, questionnaires will also be used with school management, teachers and students' representatives

Keywords: Curriculum. Child education. Multiculturalism.

Introdução

O interesse em realizar a presente pesquisa surgiu inicialmente pelas vivências realizadas no estágio curricular nos espaços formais de Educação do curso de Licenciatura em Educação Física da Universidade do Estado da Bahia Campus XII, no qual pude atuar nos anos iniciais da Educação Infantil na cidade de Guanambi-Bahia e foi possível perceber o preconceito velado no ambiente escolar em relação a conteúdos culturais de matriz africana, especificamente a capoeira.

Logo após a finalização da graduação, tive a oportunidade de atuar profissionalmente como Educadora Social do Centro de Referência de Assistência Social - CRAS do município de Matina, momento em que pude conhecer a instituição escolar que faz parte da pesquisa. A Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães é uma instituição de Educação Infantil que atende crianças entre 4 anos a 5 anos e 11 meses de idade oriundas da sede do município e zonas rurais adjacentes, devido ao fechamento de diversas escolas rurais do município.

Como única escola de Educação Infantil localizada na sede do município, desenvolve um excelente trabalho reconhecido pela comunidade e é elogiada pelas famílias dos alunos. Conta com uma equipe pedagógica qualificada, com professores graduados e especialistas e coordenação pedagógica.

Diante da qualidade do ensino ofertado demonstrado pela satisfação da comunidade escolar e da diversidade do alunado atendido, surgiu a problemática Como o Caderno de orientações para a construção de Currículos interculturais pode contribuir para a inserção de conteúdos culturais afro no Currículo da Educação Infantil da Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães de Matina-Bahia considerando e respeitando os diversos autores escolares, as especificidades e as normativas desta etapa de escolarização?

Outro fator de suma importância para o desenvolvimento da pesquisa trata-se do pequeno quantitativo de pesquisas científicas sobre currículo e relações étnico-raciais na Educação Infantil. Fulvia Rosemberg (2011) discute o panorama atual das pesquisas científicas e pontua que os estudos sociais sobre a infância e pesquisas sobre Educação

Infantil têm dado pouca atenção às relações raciais. Algumas pesquisas têm se voltando principalmente para os processos de exclusão da criança negra no âmbito da educação, principalmente a partir do ensino fundamental, e a maior parte são realizadas na região Sul e Sudeste do país, e poucos são os trabalhos desenvolvidos em regiões com população majoritariamente negra. Rosenberg (2011) afirma ainda que são raras as pesquisas brasileiras sobre a construção da identidade racial entre as crianças pequenas.

Diante disso, a proposta desta pesquisa é relevante, pois torna-se necessário e urgente que conteúdos relacionados à cultura Afro estejam presentes no currículo escolar da Educação Infantil e sejam desenvolvidos de forma que o alunado vivencie e compreenda o multiculturalismo, contribuindo assim para uma formação educacional que respeite e valorize as diferentes raças e culturas, minimize as desigualdades sociais, supere preconceitos arraigados e fortaleça a identidade cultural e étnica individual e coletiva.

Entre o cuidar e o educar: Percursos normativos e curriculares na educação infantil

A Organização e estruturação da Educação Infantil formal no Brasil teve início com a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB no ano de 1996, que aborda a Educação Infantil como o primeiro nível de escolarização. Antes, sua oferta não era obrigatória por parte do Estado, ficando a cargo somente da família.

Em 1998, houve um grande avanço com a aprovação do Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil – RCNEI, documento norteador de práticas pedagógicas e curriculares direcionado à Educação Infantil. O RCNEI se destaca por considerar a diversidade étnica e cultural das crianças, as necessidades e peculiaridades de cada faixa etária (criança de zero à três anos e criança de quatro à seis anos) objetivando o fomento de práticas pedagógicas que desenvolvam as capacidades de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social.

O Referencial Nacional Curricular para a Educação Infantil foi elaborado tendo como referências propostas curriculares municipais, estaduais de todo o país e internacionais. A estrutura organizacional do documento é composto por 3 volumes pautado em dois eixos norteadores: Formação Pessoal e Social e Conhecimento de Mundo.

O Eixo Formação Pessoal e Social discute a necessidade e importância da construção da identidade e autonomia do alunado; já o eixo Conhecimento de Mundo tem como objetivo

a construção de diferentes linguagens em relação às diversas áreas do conhecimento humano: Movimento, Música, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade e Matemática.

De acordo com o RCNEI (1998) a Educação Infantil tem como objetivos gerais o desenvolvimento de capacidades referentes à autonomia, confiança e percepção de suas limitações, conhecimento corporal e cuidados com a saúde e bem estar, estabelecimentos de vínculos afetivos entre crianças e adultos, ampliando, assim, as possibilidades de comunicação e interação social, respeito à diversidade e desenvolvimento de atitudes de ajuda e cooperação, estimulação da curiosidade, exploração e conservação do meio ambiente, estimulação do brincar como meio de expressão, utilização de diferentes linguagens, conhecimento de algumas das múltiplas manifestações culturais para que possam valorizar a diversidade.

O RCNEI é documento de utilização não obrigatória que norteia as práticas educativas e os currículos adotados em cada instituição de Ensino Infantil. A não obrigatoriedade tem o intuito de preservar a autonomia das instituições. No ano de 2009, foram aprovadas as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – DCNEI que, diferente do RCNEI, são normas obrigatórias.

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se com as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e propõem normas organizativas para as propostas pedagógicas direcionadas à Educação Infantil. A Educação Infantil pela DCNEI engloba crianças de zero a cinco anos, divergindo da classificação proposta pelo RCNEI (0 a 6 anos).

Conforme o artigo 5º da DCNEI (2009), a Educação Infantil consiste na [...] “primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, as quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade” [...]. Percebe-se a inserção do binômio cuidar e educar, superando assim a concepção anterior de Educação Infantil apenas no âmbito do cuidar/zelar.

Nessa perspectiva, as DCNEI compreendem as crianças como sujeitos históricos e de direitos, que constroem suas identidades por meio do brincar, imaginar, fantasiar, desejar, aprender, observar, experimentar, narrar, questionar e constroem sentidos sobre a natureza e sociedade. Posto isto, as DCNEI superam a visão de educação e assistencialismo, tão presente

na história da Educação Infantil no Brasil, e as crianças passam a assumir o status de sujeitos ativos do processo ensino-aprendizagem.

As DCNEI é um documento que valoriza e incentiva o respeito à diversidade, sugerem que as propostas pedagógicas devem ser elaboradas de acordo com as particularidades do modo de vida e culturais de cada criança, sejam elas quilombolas, do campo, ribeirinhas, de assentamentos e acampamentos da Reforma agrária, indígenas, negras ou não.

Além disso, de acordo com as DCNEI (2009), as propostas pedagógicas das instituições da Educação infantil deverão nortear as ações que assegurem o reconhecimento, a valorização, o respeito e a interação das crianças com as histórias e culturas africanas, afro-brasileiras, bem como o combate ao racismo e à discriminação, por meio de brincadeiras e interações com seus pares e com os adultos, possibilitando aprendizagens, desenvolvimento físico, mental e emocional e socialização.

Somente em 2013, a oferta da Educação Infantil por parte do Estado como etapa da Educação Básica se tornou obrigatória, com a promulgação da Lei 12.796, a LDB foi alterada com a inserção dos artigos 4º e 6º. O artigo 4º prevê que a oferta da Educação Infantil pública e gratuita para crianças a partir de 4 anos de idade é obrigatoriedade do Estado; já o artigo 6º define como dever da família a realização da matrícula das crianças nas instituições escolares.

Devido à recente inserção do artigo 4º que trata-se do acesso das crianças de 0 a 5 anos ao sistema educacional e associado a seu pouco tempo de implantação, ainda existem contradições e resistências de alguns gestores municipais no que se refere à oferta de vagas suficientes em creches e pré-escolas.

A LDB também delimita o público atendido pela Educação Infantil a crianças de zero a cinco anos de idade com a finalidade de desenvolvimento integral da criança abrangendo os aspectos físico, psicológico, intelectual e social complementado com os cuidados da sociedade e da família.

É importante destacarmos as contribuições para a Educação Infantil da Base Nacional Comum Curricular - BNCC aprovada em 2017 de caráter normativo que define as aprendizagens essenciais que serão desenvolvidas pelos alunos em todos os níveis de ensino da Educação Básica, inclusive na Educação Infantil e a aquisição de 10 competências gerais.

A BNCC não exclui as legislações anteriores, LDB e DCNEI. De forma conjunta e articulada, contribui para o alinhamento das políticas públicas educacionais no que concerne à

base nacional comum para elaboração de currículos, formação de professores, avaliação, elaboração de conteúdos educacionais e oferta de infraestrutura adequada para o pleno desenvolvimento da educação.

Segundo a BNCC a Educação Infantil terá como público alvo crianças de zero à cinco anos de idade, porém a sua obrigatoriedade se dará apenas a partir dos 4 anos e terá como fundamentos principais e indissociáveis o educar e o cuidar. As creches e escolas deverão acolher os conhecimentos prévios das crianças, obtidos pela convivência familiar e comunitária e articulá-los com as propostas pedagógicas c/om o objetivo de ampliar o repertório de vivências, conhecimentos e habilidades, contribuindo desta maneira para aquisição de novas aprendizagens.

A BNCC afirma ainda que a instituição escolar precisa conhecer e trabalhar as diversas culturas, por meio de práticas pedagógicas que dialogam com a riqueza/diversidade cultural das famílias e da comunidade. Desse modo, elenca 6 direitos de aprendizagem e desenvolvimento para que as crianças da Educação Infantil possam aprender e desenvolver papéis ativos nas resoluções de desafios e construir significados sobre si, os outros, o mundo social e natural. Constituem estes direitos: o **conviver** com outras crianças e adultos; as diversas formas de **brincar** ampliando o acesso a diversas produções culturais; o **participar** ativamente dos processos de gestão da escola, da elaboração das atividades pedagógicas, podendo escolher as brincadeiras, materiais e locais onde serão desenvolvidas, utilizando variadas formas de linguagens; **explorar** movimentos, gestos, sons, formas, texturas, cores, histórias e objetos, ampliando seus saberes sobre a cultura; **expressar** necessidades, emoções, sentimentos e dúvidas por meio de diferentes linguagens; e, por fim, **conhecer-se** e construir a própria identidade pessoal, social e cultural.

Diante das contribuições dos documentos legais para a Educação Infantil, é nítido o esforço do Estado na oferta de pressupostos teóricos que auxiliem as instituições na elaboração de suas práticas educativas e na construção curricular, mas é necessário compreendermos que a mudança de práticas educativas envolve também capacitação continuada, equipamentos em condições adequadas de uso, valorização profissional e, sobretudo, ouvir e propiciar espaços para a participação efetiva dos sujeitos que usufruem desses espaços: as crianças e suas famílias.

Não podemos pautar as nossas práticas educativas e a elaboração dos nossos currículos somente na preocupação da obrigatoriedade do cumprimento legal das legislações.

É necessário que nossas ações sejam significativas, respeitem e aceitem as crianças como produtoras de conhecimento e não somente como absorvedoras de conteúdo. Desse modo, seremos capazes de superar a concepção restritiva e assistencialista de Educação Infantil como espaço apenas de cuidados básicos e, assim, ir em busca de promover o pleno desenvolvimento das potencialidades humanas.

O Currículo Multiculturalista

Ao adentrarmos à temática da diversidade cultural, não podemos esquecer a importante função histórica e social que a escola exerce na transmissão e incorporação cultural. A instituição escolar e os professores sempre tiveram dificuldade em lidar com o multiculturalismo nas práticas escolares e na elaboração de seus currículos, visto que a escola, por muito tempo, perpetuou e legitimou valores, normas e práticas da cultura hegemônica ocidental.

Parece-nos unânime o reconhecimento por parte dos autores críticos e pós-críticos da característica homogeneizadora e padronizadora da escola. Para Moreira e Candau (2003, p.161), “[...] a escola sempre teve dificuldade em lidar com a pluralidade e a diferença. Tende a silenciá-las e neutralizá-las. Sente-se mais confortável com a homogeneização e a padronização”.

Sacristán (1995) afirma que nem os currículos, nem as práticas pedagógicas, nem os funcionamentos das instituições escolares aceitam variações culturais em relação à cultura hegemônica, pela configuração das escolas, percebe-se uma configuração e uma ideologia direcionada para homogeneização e assimilação da cultura hegemônica.

No entretanto, com o advento da modernidade e da globalização, emergiram novas culturas e reivindicações de grupos sociais por políticas de identidades, por conseguinte a escola como instituição social e transmissora de cultura, foi convocada à assumir práticas e currículos mais heterogêneos que valorizem e respeitem as diversas culturas.

Nesse cenário, os estudos pós-críticos do currículo contribuem para o reconhecimento da cultura como elemento importante para a formação do indivíduo, a sua recentralização para as diversas áreas, campos da vida social e acadêmica. E, além disso, se discutem as influências das relações de produção, classes e desigualdades sociais na

incorporação, aculturação, produção e consumo da cultura, surgindo assim discussões sobre o multiculturalismo nos currículos escolares.

A inserção do multiculturalismo no espaço escolar e nas pesquisas acadêmicas ocorreu por meio de pressões oriundas das manifestações de luta pela valorização e reconhecimento das contribuições culturais de grupos étnicos que foram e ainda são excluídos, discriminados e silenciados. No Brasil os principais movimentos sociais para a valorização do multiculturalismo são desenvolvidos em prol da cultura indígena e negra.

Podemos afirmar que o multiculturalismo nasce no berço das lutas sociais e adentra as instituições de ensino superior e de formação continuada de professores incorporando-se a inúmeras problemáticas de pesquisa no âmbito educacional tais como: formação de professores, processos avaliativos, educação inclusiva, elaboração de currículos e outras.

Nessa perspectiva Candau aponta (2008, p.18) que

[...] convém ter sempre presente que o multiculturalismo não nasceu nas universidades e no âmbito acadêmico em geral. São as lutas dos grupos sociais discriminados e excluídos, dos movimentos sociais, especialmente os referidos às questões étnicas e, entre eles, de modo particularmente significativo entre nós, os referidos às identidades negras, que constituem o *locus* de produção do multiculturalismo.

Não há consenso em relação à conceitualização do termo multiculturalismo devido a sua polissemia e às diversas abordagens. Sobre a polissemia do termo e abordagens, Candau (2008) sugere que, devido à diversidade de significados do termo que se expressa como multiculturalismo conservador, liberal, celebratório, crítico, emancipador, revolucionário que são encontrados em diversas produções da área, é pertinente distinguir duas abordagens básicas: a descrita e a propositiva que abarcam três perspectivas (assimilacionista, diferencialista e intercultural).

Em conformidade ao pensamento de Candau (2008), analisamos o multiculturalismo através das abordagens definidas pela pesquisadora. A abordagem descritiva reconhece o multiculturalismo como característica das sociedades modernas que assume formas e dinâmicas diversificadas de acordo com o contexto histórico, social, político ou cultural. Nesse sentido, a pesquisadora afirma que a finalidade de tal abordagem consiste na descrição da construção multicultural nos contextos específicos, sem desenvolver uma análise crítica sobre os processos de exclusão e sobre as relações de poder que permeiam as relações culturais.

Em contrapartida a abordagem propositivista utiliza-se do multiculturalismo para atuar e intervir na realidade. Essa abordagem, o multiculturalismo assume o papel de Projeto Político-Cultural, cujas práticas são realizadas por critérios éticos e políticos.

Em todas as abordagens multiculturais se reconhece a existência da diversidade cultural, e a diferenciação ocorre na elaboração e desenvolvimento de práticas pedagógicas. O multiculturalismo na abordagem assimilacionista reconhece que o acesso a bens, serviços e direitos não é realizado de forma igualitária para todos os grupos sociais e tem o seu discurso alicerçado na universalização do acesso à educação.

As práticas educativas pautadas pelo viés do multiculturalismo assimilacionista prevêm a convivência harmoniosa de todos os grupos culturais e aderência destes à cultura hegemônica. Nessa abordagem, é nítido o caráter homogeneizador e padronizador da escola tradicional, a qual define como conhecimentos essenciais os da cultura ocidental e europeia.

É possível afirmamos que a escola brasileira, diante da diversidade do multiculturalismo, na maioria das vezes, utilizou-se de estratégias assimilacionista para a manutenção da ideologia da cultura hegemônica. Candau (2011, p. 246) explicita a educação multicultural assimilacionista como

[...] uma política de universalização da escolarização, todos chamados a participar do sistema escolar, mas sem que se coloque em questão o caráter monocultural presente na sua dinâmica, tanto no que se refere aos conteúdos do currículo quanto às relações entre os diferentes atores, às estratégias utilizadas nas salas de aula, aos valores privilegiados, etc.

A segunda abordagem do multiculturalismo é a diferencialista. Nessa vertente, entende-se que são necessários locais próprios para que determinados grupos culturais exerçam as suas manifestações culturais e mantenha intactas as suas matrizes culturais. Porém, essa prática ocasiona o apartheid cultural, termo utilizado por Candau (2002) para denominar a separação de espaços específicos para expressão das identidades culturais. Por meio das práticas diferencialistas é possível a manutenção da matriz cultural do grupo, porém, ocorre a impossibilidade da convivência e do intercâmbio cultural.

Por fim, a abordagem intercultural é a mais desafiante a ser colocada em prática. Prevê a inter-relação entre as diferentes culturas. A cultura é concebida como processo fluido e influenciada pelo contexto histórico e social, deste modo, não existe uma cultura totalmente pura ou com sua matriz intacta como pressupõe a abordagem diferencialista.

Candau (2002, p.134-135) privilegia a abordagem da educação multicultural pelo viés intercultural reconhecendo se tratar de

[...] um conceito dinâmico e histórico da(s) cultura(s), como processo em contínua construção, desconstrução e reconstrução, no jogo das relações sociais presentes nas sociedades. Neste sentido, a cultura não é, está sendo a cada momento. [...] Situa-se em confronto com todas as visões diferencialistas que favorecem processos radicais de afirmação de identidades culturais específicas. Rompe com uma visão essencialista das culturas e das identidades culturais. [...] É consciente dos mecanismos de poder que permeiam as relações culturais. Não desvincula as questões da diferença e da desigualdade presentes na nossa realidade e no plano internacional.

As diversas concepções de multiculturalismo influenciam diretamente os currículos formais (prescritos) e os currículos reais e ocultos, dessa forma, a escola que se define por meio de documentos oficiais como uma escola multicultural necessitará que suas finalidades e objetivos descritos em tais documentos sejam efetivados no currículo real. E por fim, os currículos prescritos e reais intervêm na construção e na desconstrução de práticas e valores que se encontram no âmbito do currículo oculto que ultrapassa os limites da escola e das práticas educativas formais.

Sobre as influências do multiculturalismo intercultural nos currículos reais e prescritos, Candau (2012, p.234) afirma que [...] “a educação intercultural afeta as diferentes dimensões do currículo – implícito e oculto – assim como também as relações entre os diferentes agentes do processo educativo”.

Outro fator de grande relevância quando se trata do multiculturalismo intercultural é o processo de hibridização cultural, elemento não presente nas abordagens assimilacionista e diferencialista. A hibridização cultural pode ser compreendida como fenômeno em que valores, ideias e práticas são incorporadas pelo grupo cultural diferente e até mesmo pode ocorrer o surgimento de novos grupos. Candau (2002, p.135) contribui com essa discussão pontuando que: “[...] nas sociedades em que vivemos os processos de hibridização cultural são intensos e mobilizadores da construção de identidades abertas, em construção permanente”.

Diante das diversas características e peculiaridades do multiculturalismo, especificamente do intercultural, podemos compreendê-lo como um diálogo que ocorre entre os diferentes grupos culturais, por meio do reconhecimento do outro e dos critérios que

caracterizaram os iguais e os diferentes, com a finalidade de construção de um projeto comum que articule políticas de igualdade com políticas de identidades.

Percursos metodológicos da pesquisa

A pesquisa está sendo desenvolvida em uma Escola Pública Municipalizada de Educação Infantil na cidade de Matina, localizada no Centro Sul Baiano, no território do Velho Chico, instigada pela problemática norteadora: Como o Caderno de orientações para a construção de Currículos interculturais pode contribuir para a inserção de conteúdos culturais afro no Currículo da Educação Infantil da Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães de Matina-Bahia considerando e respeitando os diversos autores escolares, as especificidades e as normativas desta etapa de escolarização?

A Escola Municipalizada Luiz Eduardo Magalhães atende o alunado urbano e rural da Pré-escola, é uma escola que possui uma estrutura básica para receber alunos da Educação Infantil. Possui aproximadamente 171 alunos matriculados. A instituição escolar atende a pré-escola, crianças a partir de 4 anos até 5 anos e 11 meses de idade.

Esta pesquisa tem como objetivo geral elaborar Caderno de orientações para construção de currículos interculturais na Educação Infantil, especificamente na pré-escola, objetivando o fortalecimento da identidade racial das crianças negras por meio de conteúdos culturais afro. Esse objetivo se desdobra em três objetivos específicos: Analisar a inserção do ensino da Cultura Afro no currículo da Escola Municipalizada Luís Eduardo Magalhães, bem como suas potencialidades e limitações no que se refere ao fortalecimento da identidade racial dos estudantes negros; Refletir sobre as implicações da inserção de conteúdos culturais afro nos diversos campos de experiências propostos pela Base Nacional Comum Curricular-BNCC e sua contribuição para o fortalecimento da identidade racial em uma perspectiva intercultural do currículo e por fim desenvolver por meio da análise de dados e da revisão de literatura o Caderno de orientações para construção de currículos interculturais para a Educação Infantil.

Para melhor compreensão do objeto investigado optou-se por uma pesquisa de natureza qualitativa. Minayo (2011) pontua que as pesquisas científicas com abordagem qualitativa respondem a questões muito particulares, pois propõem entender o universo dos significados, dos motivos, das aspirações, das crenças, dos valores e das atitudes que

compõem a realidade social. O objeto de estudo das pesquisas qualitativas é o universo da produção humana.

Com o intuito de alcançar os objetivos previamente definidos e considerando a ampliação dos casos de Covid-19 que assolam a saúde coletiva mundial e impedem a realização de aulas presenciais nas escolas, elegeu-se como instrumentos para a coleta de dados a análise do currículo prescrito e aplicação de questionários.

A finalidade da análise documental consiste em averiguar a abordagem curricular de conteúdos culturais e compreender as relações estabelecidas na construção de identidades raciais no currículo prescrito da instituição escolar, identificando as potencialidades e limitações do documento que colaborará para o desenvolvimento do Caderno de orientações para construção de currículos interculturais.

Sobre a análise documental Lüdke (1986, p. 38) enfatiza: [...] “a análise documental pode se constituir numa técnica valiosa de abordagem de dados qualitativos, seja complementando as informações obtidas por outras técnicas, seja desvelando aspectos novos de um tema ou problema”.

Desse modo, serão aplicados questionários com a diretora e a coordenadora da instituição escolar com objetivos de identificar como ocorre a construção do currículo, os critérios de inserção de conteúdos culturais e a percepção da relevância da identidade racial na Educação infantil.

Serão selecionados 4 professores do quadro efetivo, a escola atualmente dispõe de 8 professores efetivos, o critério para inclusão na pesquisa fundamentou-se no tempo de efetivo exercício na escola e 4 responsáveis por crianças matriculadas na escola. Os questionários objetivaram verificar o nível de participação dos professores e das famílias na elaboração do currículo e percepção do grau de relevância do trabalho pedagógico com conteúdos culturais direcionados ao fortalecimento da identidade racial.

Os dados obtidos serão averiguados por meio da técnica de análise de conteúdo de Bardin (2006) e Franco (2005) que consistirá em três etapas: pré análise, exploração do material e tratamento dos dados.

As categorias propostas para o estudo trataram-se de: conteúdos culturais e fortalecimento da identidade negra no campo de experiência **o eu, o outro e o nós; corpo, gestos e movimentos; escuta, fala, pensamento e imaginação; traços, sons e imagens e espaços, tempos, quantidades, relações e transformações.**

Serão realizados análises de trechos do currículo por intermédio das categorias estabelecendo relações com os estudos dos pesquisadores Tomaz Tadeu da Silva (2010 e 2020), José Gimeno Sacristán (1995), Vera Maria Ferrão Candau (2012, 2011, 2008 e 2002), Antônio Flávio Moreira (2008 e 2001), Stuart Hall (2006 e 2000) e Raymond Williams (2011), com os preceitos e objetivos dos campos de experiências propostos pela Base Nacional Comum Curricular e com as respostas obtidas com os questionários. Portanto a análise de dados desenvolveu-se utilizando da tríade: referencial teórico, BNCC e respostas dos questionários.

Considerações finais

É necessário e urgente que a sala de aula se torne um ambiente democrático para as diversas culturas que constituem a sociedade, para ser possível essa mudança é necessário a modificação de estruturas e formas de compreensão do diferente (do Outro). Inicialmente requer a compreensão da ideologia dominante e as formas que ela se adentra e se materializa nos espaços escolares, especialmente na elaboração dos currículos escolares, nas práticas pedagógicas, nos critérios de escolha e agrupamentos de alunos em turmas de ensino, representação da diversidade nos livros didáticos e os locais de fala dos alunos principalmente aqueles que compõem grupos que historicamente foram silenciados ou subalternizados.

Quando falamos em espaços de fala Hooks (2013) nos afirma a importância desses espaços para a construção da representatividade dos alunos, ouvir o outro é um exercício de reconhecimento, contribuindo assim para que nenhum aluno se torne “invisível” na sala de aula.

É pertinente também a construção desses espaços nas formações continuada dos professores nos quais os educadores poderão expor seus medos, angústias, experiências e construir coletivamente estratégias, infelizmente de acordo com Hooks (2013) apesar da diversidade, ainda há uma carência de atitudes práticas no que se refere a educação multicultural em uma perspectiva intercultural.

Sendo assim, é apropriado que as escolas e os professores iniciem com mudanças sutis em suas práticas, sendo a primeira, a mais importante, e a mais difícil: reconhecer e permitir a diversidade cultural nos espaços escolares, mas ratificamos a necessidade e a

urgência de transformação no que se refere a concepção de uma educação multicultural pelo viés intercultural.

Referências

BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular (BNCC)**. Educação é a Base. Brasília, MEC/CONSED/UNDIME, 2017. Disponível em:

<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf.

>Acesso em: 24 jun. 2020.

BRASIL. **Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil** / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**/Ministério da Educação .Secretaria de Educação Básica – Brasília. DF v.1; il.2006.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988/ organização dos textos, notas remissivas e índices por Juarez de Oliveira. 14. Ed. atual. e ampl. São Paulo: Saraiva, 1996.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC, 1996.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. 6. ed. Lisboa, Portugal: Edições 70, 2006.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Escola, inclusão social e diferenças culturais. **XVI Encontro Nacional de Didática e Práticas de Ensino**, ENDIPE - 23 a 26 de julho de 2012, FE/UNICAMP, Campinas. Disponível em: <<http://endipe.pro.br/ebooks-2012/0019s.pdf>>. Acesso em 01 set.2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Diferenças culturais, cotidiano escolar e práticas pedagógicas. **Currículo sem Fronteiras**, v.11, n.2, pp.240-255, Jul/Dez 2011. Disponível em: <<http://www.curriculosemfronteiras.org/vol11iss2articles/candau.pdf>>, acesso em: 01 set.2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Direitos humanos, educação e interculturalidade: As tensões entre igualdade e diferença. **Revista Brasileira de Educação**. V.13, n.37. jan./abr.2008. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rbedu/v13n37/05.pdf>>. Acesso em: 20 set. 2020.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. Sociedade, cotidiano escolar e cultura(s): uma aproximação. **Educação & Sociedade**, ano XXIII, no 79, Agosto/2002. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/es/v23n79/10852.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2020.

FRANCO, Maria Laura Puglisi Barbosa. **Análise de conteúdo**. 2. ed. Brasília: Liber Livro Editora, 2005.

HOOKS, Bell. **Ensinando a transgredir: A educação como prática da liberdade**. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2013.

LÜDKE, Menga e ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social. Teoria, método e criatividade.** 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

MOREIRA, Antônio Flávio; CANDAU, Vera maria. Educação escolar e cultura(s): construindo caminhos. **Rev. Bras. Educ. no.23 Rio de Janeiro** maio/Agosto. 2003. Disponível em: <https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141324782003000200012&lang=pt>. Acesso em: 23 set. 2020.

ROSEMBERG, Fúlvia. A criança pequena e o direito à creche no contexto dos debates sobre infância e relações raciais. In: BENTO, M. A. da S. (Org.). **Educação infantil, igualdade racial e diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais.** São Paulo: CEERT, 2011. p. 11-46.

SACRISTÁN, José Gimeno. Currículo e diversidade cultural. In SILVA, T. (orgs.). **Territórios contestados: o currículo e os novos mapas políticos e culturais.** Petrópolis. Rio de Janeiro: Vozes. 1995. p. 82-113.

Sobre a autora:

Adimara Fogaça Pereira Fernandes

Mestranda em Ensino, Linguagem e Sociedade

Universidade do Estado da Bahia-UNEB

Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade-PPGLES

adimara.pereira@gmail.com